

RELAÇÕES ENTRE CIÊNCIA, MÍDIA E GÊNERO E A POLITIZAÇÃO DA MATERNIDADE¹

Dagmar E. Estermann Meyer

Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo Analisam-se excertos de artigos que divulgam resultados de pesquisas científicas, publicados em um jornal de grande circulação no sul do Brasil, para discutir dimensões do processo de constituição do sujeito materno contemporâneo, desde uma perspectiva dos estudos culturais e de gênero pós-estruturalistas. Argumenta-se que em estudos científicos como esses se articulam determinados problemas sociais a certos modos de viver a maternidade, instituindo uma relação de poder em que a mãe é posicionada como «causadora» da constituição do feto-criança como um sujeito-problema. Conclui-se que o conhecimento científico re-produz e atualiza, incessantemente, «o que a mãe é ou deve ser» e que a *mídia* jornalística, ao traduzir esses conhecimentos para o senso comum, participa ativamente do processo de significação da relação mãe-filho nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave gênero, educação, saúde, *mídia*, maternidade

Figura 1

Aproximar imagens: estratégia para introduzir um modo de olhar...



Uma fêmea de camundongo nascida no Japão e o primeiro machinho concebido a partir de duas células femininas, sem a contribuição de material genético masculino.

1 Versão ligeiramente modificada de artigo que está sendo publicado, no Brasil, com o título «Educação, saúde e politização do feminino e da maternidade: uma abordagem a partir dos estudos culturais e de gênero», em Rosa Maria Hessel SILVEIRA, (org.). (2005). *Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em educação*. Canoas/RS: Editora da Ulbra (no prelo). Sua publicação nesta revista foi autorizada pela organizadora do livro.

Passado e futuro, realidade e ficção, cotidiano e experimentação, natureza e biotecnologia, humano e animal, fé e ciência... oposições binárias que as imagens², quando colocadas lado a lado, parecem, ao mesmo tempo, fortalecer, re-dimensionar e romper, colocando em circulação processos de re-significação conflituosos, multifacetados, incertos e carregados de poder.

Eu as escolhi como referência para o delineamento deste texto porque, na revista em que foram reproduzidas, elas estão conectadas a textos (estrito senso) que pretendem apresentar, a um público amplo, resultados de estudos científicos (experimentais) relacionados aos eventos da reprodução humana e da relação mãe-filho. Ao trazê-las para o contexto desta discussão não pretendo colocar em foco sua veracidade científica e nem os resultados estritos desses estudos porque, além de não ter competência para isso, não é esse o foco da abordagem teórica que se privilegia aqui. O exercício que pretendo fazer, com e a partir delas, é o de apresentar um trajeto investigativo que procura entender como determinados conhecimentos – que se apresentam como científicos, universais e neutros – se imbricam com a produção cultural da maternidade³ e, por isso, começo este texto contextualizando-as brevemente.

A imagem da Virgem Maria (que nas culturas judaico-cristãs, funciona como uma das mais poderosas representações do que a mãe é ou deve ser) foi conectada a um estudo de manipulação neonatal desenvolvido com ratos, que relaciona fatores de estresse vivenciados logo após o nascimento com infertilidade na vida adulta. Com o sugestivo título de «Ecos da separação», o artigo apresenta resultados de uma pesquisa que indica, dentre outras coisas, que o «estresse gerado por breves ausências da mãe nos dias seguintes ao parto, lesa o cérebro de animais de laboratório e provoca infertilidade nos filhotes» (Piveta, 2004: 34). A reportagem explica que essas ausências não se referem a um afastamento traumático mas apenas a interrupções «momentâneas, quase inofensivas, do estreito convívio mãe-filho que se estabelece nos dias seguintes ao nascimento» e que «durante esses 120 segundos diários em que ficaram longe da mãe, os ratinhos permaneceram gentilmente alojados nas mãos enluvadas de um pesquisador» (idem: 36).

A ilustração do texto com três imagens diferentes da Virgem Maria opera um movimento de significação que vai em direção contrária do alerta de que «seria temerário especular, num exercício de simples transposição mecânica, que os danos cerebrais verificados em animais – e os problemas sexuais e reproduti-

2 Trata-se de imagens publicadas na *Revista Pesquisa – Ciência e tecnologia no Brasil*, editada pela FAPESP, em seus números 91, de setembro de 2003 (capa) e 99, de maio de 2004, na primeira página, respectivamente.

3 O artigo resulta de reflexões e análises realizadas no âmbito da pesquisa intitulada *Educar e assistir corpos grávidos para gerar e criar seres humanos «saudáveis»*. *Educação, saúde e constituição de sujeitos «de direito» e «de risco»*, que desenvolvi no período de março de 2003 a janeiro de 2005, com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, da qual Letícia Prezzi Fernandes participou como bolsista de Iniciação Científica.

vos decorrentes dessas lesões – também devam ocorrer em bebês humanos» (idem: 34) para, exatamente, reforçar a dedicação exclusiva e a presença física e psíquica ininterruptas como uma dimensão central do exercício de uma maternidade bem-sucedida entre os humanos. Esses efeitos de poder da imagem se visibilizam no texto escrito quando este afirma que os pesquisadores vêm procurando medir, por exemplo, possíveis efeitos negativos «da pouca interação entre mães com depressão pós-parto e seus filhos recém-nascidos» porque essa situação guarda «alguma semelhança com o experimento de manipulação neonatal feito com ratos» (idem: 37).

A segunda imagem está associada com uma notícia extensamente explorada na *mídia* jornalística em maio de 2004 e, na revista em foco, ela se conecta com um texto breve que dimensiona o impacto do experimento em pauta tanto para a re-significação da reprodução sexuada quanto para o re-posicionamento de machos e de fêmeas nessa relação: «uma fêmea de camundongo, nascida no Japão, é o primeiro mamífero concebido a partir de duas células femininas sem a contribuição de material genético masculino» (FAPESP, 2004: 3). A utilização da imagem do animal que resultou da experiência para ilustrar todas as reportagens que a imprensa veiculou parece querer indicar que essa ainda é uma possibilidade restrita ao mundo dos laboratórios e aos animais neles utilizados como cobaias. Assim, uma das significações operadas pela imagem conectada ao texto parece ser a de reforçar a dissociação entre humano e animal e entre realidade e experimentação científica, num movimento que responde ao temor – quase horror – que perpassou todas as reportagens publicadas nos jornais, na época da divulgação da pesquisa, qual seja: o de que a participação masculina poderia estar se tornando dispensável no processo de reprodução humana.

Concebidas, portanto, como artefatos culturais e como elementos constitutivos de tecnologias de poder-saber envolvidas com processos de significação as imagens, neste artigo, funcionam como ponto de partida para colocar em discussão, em um mesmo movimento argumentativo, dois pontos: a produtividade teórico-metodológica e política da articulação entre os campos dos Estudos Culturais com os Estudos de Gênero pós-estruturalistas, em sua confluência com a Educação e a Saúde; e o processo que venho chamando de «politização contemporânea do feminino e da maternidade»⁴, que esta abordagem teórico-metodológica me possibilita «ver», no contexto das investigações que venho desenvolvendo e orientando⁵.

4 Aspas simples são usadas no texto para destaques pessoais ou para palavras utilizadas com outros sentidos que não os convencionais; aspas duplas, quando utilizo palavras ou expressões retiradas de citações de outros estudos.

5 Cf. MEYER, D. *Mulher perfeita tem que ter mamas e uma barriguinha: educação, saúde e produção de identidades de gênero*, concluída em fevereiro de 2003; *Educar e assistir corpos grávidos para gerar e criar seres humanos «saudáveis»*. *Educação, saúde e constituição de sujeitos «de direito» e «de risco»*, concluída em janeiro de 2005, ambas desenvolvidas com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq; DURO, C. 2002. *Maternidade e cuidado infantil: concepções presentes no contexto de um*

Política contemporânea do feminino e da maternidade: «situando» o foco

Passei a usar essa noção de «política do feminino e da maternidade» inspirada pelo estudo de Marilyn Yalom (1997) acerca dos sentidos atribuídos ao seio em diferentes momentos e contextos culturais. Ali, ela se refere à «política do seio feminino» para descrever as condições de emergência de um processo que, na confluência de três movimentos sociais distintos e não coincidentes no tempo – a urbanização; a instauração e o fortalecimento do sistema capitalista de produção e a formação e consolidação dos estados nacionais que perpassam a Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX – incorporou e posicionou a mulher, como mãe, no centro das «políticas de gestão da vida» (da criança em particular) nas sociedades ocidentais modernas.

Foucault (1993: 135) nomeia esse processo de «biopolítica» e com o termo se refere ao conjunto de tecnologias de poder-saber que, «a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e morar, as condições de vida, todo o espaço da existência». Segundo o autor, é na biopolítica que se articulam as técnicas disciplinares⁶ com os procedimentos reguladores⁷ constitutivos da «política da vida», no interior da qual a vida de cada ser humano, sempre colocada em relação com a vida da população, está em questão. É exatamente neste contexto que se processa a «medicalização [e a educação] minuciosa» dos corpos e do sexo das mulheres «em nome da responsabilidade que elas teriam relativamente à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade» (idem: 137).

A discussão de Yalom (1997) e Foucault (1993) foi-se colocando como um tema-problema contemporâneo, para mim, quando comecei a me deparar, de forma sistemática, como mulher e mãe, como leitora de jornais e revistas e em minha prática docente no campo da Educação em Saúde, com um conjunto disperso, porém recorrente, de enunciados que re-dimensionam e ampliam, signifi-

programa de atenção à saúde da criança –Porto Alegre – RS. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002; KLEIN, C. 2003. «...um cartão [que] mudou a nossa vida»? Maternidades veiculadas e instituídas no Programa Nacional Bolsa Escola. Porto Alegre/RS:UFRGS. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; SOUZA, J. F e cols. 2003. Qualificar o cuidado infantil e a cidadania feminina: um trabalho com mulheres atendentes de creches comunitárias em Viamão/RS. Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS. Relatório de pesquisa. Faculdade de Educação da UFRGS, Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul; MEYER, D. e cols. 2003. Educação, saúde, gênero e mídia: um estudo sobre HIV/AIDS-DSTs com Agentes Comunitários/as de Saúde do Programa de Saúde da Família em Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS/CN DST-HIV/Aids. Relatório de Pesquisa. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

6 Aquelas que investem sobre o corpo do indivíduo, no sentido de promover seu «adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia de energias» (Foucault, 1993: 136).

7 Aqueles que incidem sobre o corpo da população, transformando-a em objeto de «medidas e estimativas estatísticas (...), de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização» (Foucault, 1993: 137).

cativamente, a relação mãe-filho. Estes enunciados vinculam, reiterada e insistentemente, o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social saudável do feto e da criança a sentimentos, comportamentos, formas de cuidar e se relacionar consigo mesma e com esse feto/criança desde o momento mesmo de sua concepção.

Tenho, então, trabalhado com os Estudos de Gênero pós-estruturalistas⁸, em sua confluência com os Estudos Culturais⁹, utilizando-os como suportes para compreender e problematizar alguns desses processos de re-produção de diferenças e de desigualdades de gênero que remetem à discussão da maternidade, no âmbito da relação entre Educação e Saúde. Essa abordagem tem-se mostrado produtiva para exercitar dois movimentos analíticos inter-relacionados, quais sejam: o de tornar visíveis e problemáticos alguns dos mecanismos e das estratégias de poder-saber que, nas políticas e programas de educação e saúde em vigor, re-afirmam e re-apresentam a maternidade como se ela fosse uma essência, monolítica e ahistórica, inscrita na anatomia, fisiologia e/ou psique da mulher; e o de inserir e conectar essas representações às relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder.

Os modos de «ver e fazer» que se constituem, pois, na confluência destes campos, têm permitido perceber que essa discursividade incorpora e re-significa, dentre outros aspectos, uma vasta gama de problemas que as sociedades globalizadas produzem e não conseguem resolver, em uma operação que atribui a resolução de tais problemas ao exercício de uma forma de maternidade cada vez mais complexa e abrangente (Forna, 1999).

Na direção dessa argumentação, os estudos realizados indicam, por exemplo, que a incorporação explícita de definições mais abertas e progressistas de família nas políticas e programas públicos, que resulta da mobilização política e da crítica de estudiosas/os e grupos organizados da sociedade civil, entre as quais me incluo, tem efeitos plurais e conflitantes. Um dos efeitos de poder dessa incorporação parece ter sido a «naturalização» da ausência/inexistência do pai nos núcleos familiares mais pobres, o que tem implicado em dois movimentos distintos: por um lado, no posicionamento do Estado no lugar de autoridade conferido ao pai na família mononuclear moderna; e por outro, na sobreposição de uma parte significativa daquilo que aprendemos a significar como «deveres paternos», sobretudo aqueles vinculados ao provimento do lar, aos já conhecidos «deveres maternos».

Assim, a noção de «indivíduo mulher-mãe» parece supor, com força renovada, a existência de «um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos» – a mãe como parceira do estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como provedora do núcleo familiar e a mãe como principal produtora de

8 Cf., dentre outros Nicholson, 2000; Weedon; 1991; Louro, 2000 e Meyer, 2003.

9 Cf., dentre outros, Silva, 1999 e 2000 e, também, os artigos que compõem o Dossiê «Cultura, Culturas e Educação», organizado por Marisa Vorraber Costa para a *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, maio/jun/jul/ago de 2003.

cuidado, educação e saúde de suas crianças¹⁰. Essa multiplicação de capacidades, atributos e funções maternas produz, então, a necessidade de inserir mulheres no âmbito de redes de saber e poder que devem educá-las, desde muito cedo, a viver sua vida como mulher (não beber, não fumar, exercitar-se, comer as coisas adequadas, escolarizar-se, ter equilíbrio emocional, ter um trabalho remunerado, gerir adequadamente o orçamento familiar, escolher bem o parceiro, fazer exames regularmente, etc...) e como mãe (acompanhar de perto e intensivamente o crescimento e o desenvolvimento infantil e, especialmente, o desempenho escolar de seus filhos, sempre colocando as necessidades bio-psico-sociais destes à frente das suas, em quaisquer circunstâncias ou condições).

Dessa forma, o que esses estudos têm permitido argumentar é que os investimentos em determinados modos de «ser mulher» e de «exercitar a maternidade», preconizados em programas de educação e saúde, têm efeitos bem mais amplos do que as melhorias que eles pretendem promover (e efetivamente promovem) nas condições materiais de vida dos grupos sociais aos quais se dirigem. Esses investimentos funcionam, também, como estratégias importantes de minimização dos efeitos de pelo menos dois movimentos conflitivos implementados dentro dos processos políticos, sociais e econômicos mais amplos que caracterizam o nosso tempo: por um lado, a redução e o enxugamento do Estado demanda a crescente responsabilização do indivíduo pela (e, portanto, educação para a) promoção de sua própria condição de bem-estar e esse pressuposto é constitutivo da racionalidade neoliberal¹¹. Por outro lado, o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais que decorre deles tem gerado um conjunto substantivo de outros problemas, de modo que seu enfrentamento vem sendo reivindicado tanto por organismos internacionais como a ONU, a UNICEF, a UNESCO e a OMS¹² quanto, sobretudo, pela sociedade civil organizada e pelos segmentos sociais que sofrem os efeitos dessas desigualdades¹³. Os modos pelos quais mulheres e mães (e homens e pais) vêm sendo posicionadas e interpeladas no âmbito desse processo amplo constituem, então, o que eu venho chamando de «política contemporânea do feminino e da maternidade».

Ciência, mídia e gênero: uma articulação que produz a maternidade como questão

Três pressupostos teórico-metodológicos atravessam e dimensionam – de forma articulada – a argumentação que venho desenvolvendo neste texto: um primeiro, que permite conceber cultura como um campo de luta e contestação em

10 As pesquisas de Carmem Duro, 2002 e Carin Klein, 2003, já citadas, analisam bem esse processo.

11 Cf., por exemplo, Dean, 1999 e Nettleton, 1997.

12 Cf., por exemplo, ONU, 2003 e OMS, 2002.

13 Cf., por exemplo, CFEMEA, 2002.

que se produzem tanto os sentidos de maternidade quanto os sujeitos mãe, pai e filho que vivem essa relação nos diferentes grupos sociais¹⁴; um segundo, que possibilita trabalhar com a noção de educação considerando-a como o conjunto de processos pelos quais indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de uma cultura. Tornar-se sujeito de uma cultura envolve, assim, um complexo de forças e de processos de aprendizagem que, hoje, inclui com especial ênfase os meios de comunicação de massa, destacando-se, aí, a televisão e os jornais¹⁵; e um terceiro, que afirma que o gênero se constrói em relação e funciona como um organizador do social e da cultura. Nessa perspectiva, engloba todos os processos pelos quais a cultura constrói e distingue sujeitos femininos e masculinos incluindo aqueles processos que produzem, separam e distinguem seus corpos, dotando-os de sexo, gênero e sexualidade. E isso implica que estudos de gênero deveriam ir além da discussão de papéis e funções de mulher e de homem, para englobar a problematização de todos esses processos, o que inclui considerar, por exemplo, «como» e «de que formas» o conhecimento científico e tecnológico se imbrica nessa construção¹⁶.

Com base nesses pressupostos e em toda a argumentação anteriormente desenvolvida quero, então, tomar excertos de notícias publicadas em um jornal específico como referência para «demonstrar» um pouco como funciona um desses processos que, contemporaneamente, nos educa como mulheres-mães.

... estudo publicado na última edição do British Medical Journal (...) mostrou que mulheres que mudaram de parceiro entre o nascimento de dois filhos tinham duas vezes mais chances de dar à luz prematuramente e de ter bebês com baixo peso. O risco de mortalidade infantil também foi aumentado. As diferenças apareceram mesmo considerando-se fatores como idade da mãe, nível de educação e o tempo entre as duas gestações (Caderno vida, Zero Hora, nov/2003, s/r).

Os riscos de nascer pobre. O relatório Unicef projetou o que pode acontecer com as crianças que nascem em local ou grupo social de risco. São os chamados impactos. 1) O impacto de ser filho de mãe com baixa escolaridade (analfabeta ou menos de quatro anos de estudo): sete vezes mais possibilidades de ser pobre; 11 vezes mais possibilidade de não freqüentar a escola; 16 vezes mais possibilidades de morar em casa sem água encanada.... (Mariano, Zero Hora, 12/12/2003: 64).

14 Cf. Meyer, 2000 e Giles; Middleton, 1999.

15 Cf. Meyer e cols., 2004 e Fischer, 2001.

16 Cf. Nicholson, 2000.

No caso específico das meninas, porém, quanto mais estudo, maiores são as chances de virem a ter crianças saudáveis e de garantir sua presença em sala de aula (Editorial de Zero Hora, 12/12/2003: 32).

A psiquiatria estabeleceu alguns fatores de risco que podem contribuir para que um indivíduo se torne sociopata na vida adulta. Confira: uso de álcool ou drogas pela mãe durante a gravidez (*ambiente fetal inóspito*); (...) (Camargo, Caderno Vida, Zero Hora, 17/01/2004: 8, destaque meu).

(...) no próximo sábado, gestantes com 20 semanas de gravidez ou mais terão um compromisso com a saúde dos futuros filhos. Na véspera do dia das mães o Instituto de Cardiologia, em Porto Alegre, realizará gratuitamente ecocardiogramas fetais para verificar a situação do coração do bebê (Zero Hora, 6/05/2004: 45).

Bebês alimentados com leite materno terão níveis significativamente menores de LDL (o mau colesterol) na vida adulta, segundo um estudo publicado na Revista *Lancet* desse mês. [A reportagem segue afirmando que] a pesquisa concluiu que os níveis de LDL eram 14% menores em adolescentes amamentados no peito em comparação com os alimentados na mamadeira (Caderno Vida, Zero Hora, 5/06/2004: 3)

Rosa Fischer (2001) é uma das estudiosas que chama atenção para a importância que a *mídia* (em sentido amplo) assume no processo de constituição do sujeito contemporâneo¹⁷. Ela afirma que esse «complexo aparato cultural e econômico (...) é parte integrante e fundamental de processos de produção e circulação de significações e sentidos, os quais, por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida» (Fischer, 2001: 15). Na direção de seu argumento e focalizando os excertos de notícias acima reproduzidos, poderíamos, então, pontuar, brevemente, alguns elementos e dimensões constitutivas da «pedagogia» engendrada no âmbito dessa discursividade que articula determinados problemas sociais contemporâneos (em especial de educação e de saúde) a certos modos de sentir e de viver a maternidade – numa relação de poder (nos termos de Foucault, 1993) em que a mãe é posicionada como «causa» do problema e o feto/criança como o *locus* onde o «feito» desse exercício da maternidade se materializa na constituição de um sujeito-problema.

17 A autora discute, mais enfaticamente, a participação da televisão, nesse processo. Considero, no entanto, que sua argumentação é absolutamente pertinente para pensar a *mídia* impressa – e em especial, os jornais impressos – como instâncias que nos educam através das informações que veiculam.

O aspecto que quero destacar aqui é, justamente, a centralidade do conhecimento técnico-científico no redimensionamento e ressignificação da relação mãe-filho, na cultura contemporânea. Essa centralidade não é recente, na medida em que o posicionamento da ciência como «a» instância que permite conhecer e explicar o que «as coisas» são (ou deveriam ser) e como se pode (ou se deve) agir sobre elas para alcançar determinados resultados é um elemento constitutivo do pensamento moderno ocidental. Foi exatamente por reconhecer a implicação dessa ciência (que escreve a si mesma com C maiúsculo) com a produção de descrições do que o feminino e o masculino são (ou deveriam ser) que numerosas estudiosas feministas questionaram, ao longo das últimas décadas e de muitas formas, pressupostos básicos desse paradigma científico, tais como a universalidade, a racionalidade, a neutralidade, a objetividade, a prerrogativa de definir «a» verdade, a ascendência sobre qualquer outra forma de saber que não compartilhasse de tais requisitos, a suposição de uma essência humana – masculina e branca – centrada na razão, dentre muitos outros.

Foucault (1993: 94), no entanto, assinala que «as relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são matrizes de transformações» e deslocamentos contínuos que tanto podem reforçar alguns elementos dos discursos, quanto provocar sua inversão ou ruptura. Concebendo-se, então, o conhecimento técnico-científico como «uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática» nos domínios da significação «não é uniforme e nem estável» (idem: 95) pode-se, pois, analisar uma das linguagens que ele vem operacionalizando na contemporaneidade. Refiro-me à «linguagem do risco» (Spink, 2001) com e através da qual determinados grupos de mulheres vêm sendo, crescentemente, classificados e valorados como «mães de risco» e, por consequência, transformados em sujeitos-alvo de práticas assistenciais, educativas e de controle sistemáticas e estandarizadas.

Desde a perspectiva de estudos desenvolvidos na área da Sociologia da Saúde é possível dizer que *risco* se consolida como ferramenta conceitual «quando se torna possível pensar o futuro como passível de controle. Esse é um processo que envolve tanto o desenvolvimento do instrumental necessário (como a teoria da probabilidade) quanto a emergência de um novo objeto de governo (a população)» (Spink, 2001: 1287). Na área da saúde, em particular, o termo tem sido usado mais sistematicamente ao longo do séc. XX, desde um ponto de vista preventivista e individualista, frequentemente interpretado «como resultado de escolhas equivocadas de estilos de vida» e associado «com culpa, irresponsabilidade, incompetência e ignorância» (Oliveira, 2001: 1308).

Essa linguagem científica dimensiona, então, grande parte dos programas direcionados à promoção da educação e da saúde, em especial daqueles que têm como foco o estímulo ou a promoção do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional de crianças saudáveis. Atravessada por noções essencialistas e universais de maternidade e de cuidado infantil, ela produz, ao mesmo tempo, instrumentos de mensuração nos quais o «ser mãe» é decomposto em uma série de ele-

mentos passíveis de serem quantitativamente valorados: idade, nível de escolaridade, situação socioeconômica, tipo de estrutura e apoio familiar, adoção da prática do aleitamento materno, tipos e número de parto anteriores, mapa hereditário ou genético, dentre outros. São as múltiplas possibilidades de combinação desses e outros fatores, associadas ao menor ou maior grau em que tal combinação se dá, que inscrevem formas de viver a maternidade em uma gramática da probabilidade e do risco, de forma que nos deparamos com mulheres que apresentam «risco de não amamentar», «maior risco de engravidar», «de ter uma gestação de risco», «risco de se submeterem a cesarianas», «risco de depressão pós-parto», «risco de estabelecer vínculos inadequadas com seus bebês», etc. Os riscos inscritos nas formas de viver a gestação e de exercitar a maternidade funcionam, por sua vez, como causas para explicar, por exemplo, o baixo peso ao nascer, a sociopatia, os altos índices de mau colesterol em jovens, os índices de evasão e abandono escolar entre crianças e jovens e a pobreza, como indicam os excertos de notícias aqui citados.

Essa abordagem do risco pode ser articulada, também, a estudos como os de Débora Lupton (1999), Virginia Schmied e Débora Lupton (2001), que vêm argumentando que o desenvolvimento e a utilização crescente de novas biotecnologias – especialmente tecnologias da imagem como as ultrassonografias – bem como a produção e disseminação de um conhecimento cada vez mais detalhado acerca do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do feto, têm contribuído para ressignificar, substantivamente, as concepções acerca de modos apropriados de vivenciar a relação com ele desde o momento mesmo de sua concepção.

Segundo Lupton (1999), no contexto de determinadas vertentes da Psicologia do Desenvolvimento infantil, por exemplo, isso implicou a identificação e descrição de fases «sucessivas e adequadas» pelas quais a mulher deve passar durante a gravidez: desde uma primeira etapa em que a futura mãe teria dificuldade de determinar o que «é o self e o que é o bebê» – ou seja, um período em que o feto seria percebido como uma parte constitutiva ou inerente ao seu próprio corpo – até uma última etapa, em que ela passaria não só a reconhecê-lo como um ser autônomo e separado de si mesma como teria ou deveria ter desenvolvido um forte vínculo afetivo com ele. Nesta perspectiva, o desenvolvimento desse vínculo com o feto, durante a gravidez, permitiria predizer tanto o comportamento e as atitudes maternas para com o bebê, após o nascimento, quanto o comportamento sócio-afetivo desse futuro adulto (o que sustenta, por exemplo, a noção de ambiente fetal inóspito e sua relação com a «sociopatia» do *serial killer*).

Schied e Lupton (2001: 33) assinalam, dentre outros aspectos, que «tal abordagem das relações entre mãe e feto é excessivamente linear e estática e não dá conta da ambigüidade e da ambivalência que permeiam essa relação». Trata-se, então, de um processo em que o feto é representado, por um lado, como «não ser ainda» (em relação com uma representação da modernidade que institui a infância como um período da vida com características e necessidades específicas que

teria início com o nascimento) quanto como «um ser desde já» cidadão portador de direitos, como informa o editorial de um informativo eletrônico sobre saúde e direitos reprodutivos (IPAS Brasil, 2004: 1): «no mês de abril, Bush também aprovou uma lei que dá ao feto status político, além da lei antiaborto em fase tardia». Nessa direção, um ambiente fetal saudável passa a ser concebido como um direito do feto e a mulher que não oferece ou produz esse ambiente é posicionada como desviante, negligente, ignorante ou, na pior das hipóteses, como criminosa em potencial. No contexto desse debate, Katha Pollit (1998: 280) indica que

precisamos perguntar-nos como chegamos ao ponto de representar a mulher como sendo a maior ameaça à saúde do recém-nascido e o útero como sendo um dos mais perigosos lugares que a criança pode vir a habitar (...). A lista de riscos para a saúde do feto é, hoje, muito longa; a lista de riscos para a saúde das crianças é mais longa ainda. Por que o comportamento [e os sentimentos] da mãe, uma parte relativamente pequena desse quadro, passa a se configurar como um tema tão importante, enquanto fatores muito mais relevantes [como as dificuldades de acesso à rede de serviços essenciais e a baixa efetividade das políticas sociais] atraem tão pouca atenção?¹⁸

No âmbito desses processos de significação, os discursos técnico-científicos instauram, pois, o exercício de uma maternidade que, hoje, deveria incluir desde o controle de riscos de transmissão de doenças e distúrbios hereditários (que já podem ser mapeados e calculados antecipadamente) quanto evitar o tabagismo, o consumo de álcool e drogas, o sedentarismo, o analfabetismo e até mesmo sentimentos de negação e rejeição que algumas mulheres podem experimentar em situações de gravidez não desejada, porque estes seriam sentidos e vivenciados pelo feto, no útero (que, agora, passa a ser designado como ambiente fetal).

Uma vez que esses modos de ser mãe e de exercer a maternidade (e, sobretudo, os efeitos deles decorrentes) são apresentados, ao mesmo tempo, como resultados incontestáveis de estudos científicos «de ponta» e como parte da «natureza» das mulheres que se tornam mães, eles vão sendo também, crescentemente, incorporados ao senso comum. O senso comum se constitui de fragmentos de discursos que são «articulados ao longo da história de um povo ou destacados de discursos [como os da educação e da saúde] em uma dada conjuntura política e social». Por isso, ele precisa ser considerado nas análises culturais, não só por sua «enorme capacidade de dar sentido à vida cotidiana» e por sua «enorme potencialidade de ser articulado a diferentes visões de mundo» mas, também, porque no interior deste conjunto articulado de fragmentos discursivos – uma suposta unidade que passa a funcionar como senso comum – os discursos científicos, quase sempre, aparecem como «sinônimo de saber e de autoridade» (Pinto, 1989: 44-5). Assim, esses (e outros) enunciados de discursos científicos também passam a nortear muitos dos processos educativos no

18 Tradução feita por mim.

interior dos quais nos tornamos mulheres e homens e mães e pais de determinados tipos e sua força reside, justamente, nas múltiplas, sutis e sempre renovadas possibilidades de sua repetição.

Nessa perspectiva, Educação e Saúde podem, pois, ser tomados como campos de conhecimentos e práticas que produzem, atualizam e repetem, incessantemente, «o que a mãe é ou deve ser» e sua «autoridade científica» constitui uma importante estratégia de naturalização e universalização de tais definições. E a *mídia* jornalística, por sua vez, funciona, exatamente, como uma das instâncias centrais de articulação dos enunciados científicos ao senso comum e, nesse sentido, pode-se dizer que ela participa ativamente desse processo de significação da relação mãe-filho nas sociedades contemporâneas.

Deslocar imagens para compor outro texto: fechamento provisório de um texto em movimento

Colocadas lado a lado, as duas imagens e os textos aos quais elas se articulam produzem e colocam em circulação elementos constitutivos de representações de maternidade produzidas nos séculos XVIII e XIX, nas culturas ocidentais. Estes se conectam com «novos» e conflitantes «atributos» de maternidade, os quais se desdobram desse leque cada vez maior de conhecimentos, cientificamente autorizados, que estão descrevendo e prescrevendo, minuciosamente, modos definidos como mais adequados para conceber, gestar, cuidar e se relacionar com os fetos, bebês e crianças e estes modos parecem concentrar-se, cada vez mais, na relação que mães estabelecem com eles. Onde e como ficam posicionados os homens pais, nessa relação?

No experimento que motivou a reportagem «Ecos da separação» esses diferentes posicionamentos ficam evidentes. Ali se mediram efeitos de intervenções feitas na relação entre ratas e seus filhotes. A imagem da Virgem, que facultou a vinculação desses resultados com o mundo humano, ampara o pressuposto de que a relação mãe-filho ali representada é natural e exclusiva e, com isso, oblitera qualquer possibilidade de se fazer considerações acerca de possíveis lugares atribuíveis ao pai nesse contexto. A imagem do rato clonado na segunda reportagem, ao contrário, pretende fixar a materialidade desse processo reprodutivo que exclui material genético masculino em um mundo que, ao menos por enquanto, estaria distante da «realidade» que constitui nossa humanidade.

Entretanto, se considerarmos que as representações – como sistemas de significação lingüística e cultural – incorporam, também, todas as características de indeterminação, ambigüidade e instabilidade, atribuídas à linguagem na perspectiva teórica aqui utilizada, poderíamos fazer um último exercício: o de mudar as imagens de lugar.



Que deslocamentos isso produziria nas significações de maternidade (e paternidade) que aqui estamos problematizando? A imagem do «rato criança» solitário, confortavelmente instalado numa espécie de redoma, provavelmente tornaria mais difícil a conexão dos presumidos traumas dessa experiência de separação com as relações mãe-filho que a contemporaneidade engendra e nos permite exercitar. Ao mesmo tempo, a imagem da Virgem vinculada ao segundo texto, poderia nos lembrar que, segundo algumas metanarrativas muito ativas em nossas culturas, a possibilidade de geração da vida sem a contribuição de material genético masculino integra nossa humanidade há mais de 2 mil anos¹⁹:

Então o anjo veio e disse: [...] você vai ficar grávida, dará à luz um filho e vai chamá-lo de Jesus [...]. Então Maria disse ao anjo: isso não é possível, pois eu sou virgem. O anjo respondeu: o Espírito Santo virá sobre você, e o poder dele estará em você [...]. Porque para Deus nada é impossível» (Lucas 1: 95).

19 Esta referência temporal não se relaciona, neste texto, a um «como» e um «quando» o culto à virgindade de Maria foi instituído e legitimado nas culturas judaico-cristãs. Ela procura apenas evidenciar o que aprendemos sobre isso nos evangelhos que nos contam a história da concepção e do nascimento de Cristo, tomada como o marco zero de uma temporalidade instituída pelo calendário gregoriano que hoje funciona como uma referência temporal mundial. Conforme Fernando Seffner (2001: 134) «o progressivo crescimento da Igreja Católica, associado a expansão do Império Romano, nos legou primeiro o calendário juliano, instituído por Júlio César em 46 a.C., e que permaneceu até 1582, sendo até hoje o mais duradouro, daqueles de grande expressão mundial. [...] Com o calendário gregoriano, a Igreja Católica conseguiu estabelecer um calendário mundial, e toda a discussão de mudança de milênio que acompanhamos está referenciada neste calendário. Seja qual for a religião de cada um, o nascimento de Cristo se transformou no marco que ordena nossa contagem do tempo, na maior parte das sociedades e culturas contemporâneas». É no contexto desses processos de significação que a concepção da Virgem nos é apresentada como tendo ocorrido há mais de 2 mil anos.

Assim, o exercício de deslocamento que resultou na segunda imagem, dentre outras coisas, impacta a fixidez e a polaridade que aprendemos a estabelecer entre fé e ciência para tornar visíveis algumas convergências entre tais noções. Uma dessas convergências parece ser a de que, crescentemente, a Ciência vem tentando nos dizer que, também para ela, nada é impossível. Nessa direção é que se torna politicamente relevante problematizar os modos pelos quais os conhecimentos científicos e tecnológicos são produzidos e veiculados e como eles se articulam com – e nos – processos de significação cultural. Isso implica considerar que eles produzem, normatizam e controlam, dentre outras coisas, formas e «lugares» nos quais mulheres e homens específicos vivem suas vidas conjuntas ou separadas; formas pelas quais eles e elas se relacionam em diferentes instâncias profissionais e políticas; jeitos pelos quais eles e elas vivem e regulam seus amores, exercitam sua sexualidade, experimentam a maternidade e a paternidade, negociam seus conflitos e seus confrontos, dentre muitas outras coisas.

Ao admitir que, ao fim e ao cabo, esses processos nos constituem como sujeitos deveríamos, enquanto educadores e educadoras, nos perguntar mais frequentemente: que sujeitos de gênero – mulheres e homens, pais e mães – essas linguagens vêm constituindo e educando? Com que efeitos? Para quem? Essas são apenas algumas das (para mim) importantes questões que podem emergir quando operamos com a articulação entre Estudos Culturais e Estudos de Gênero, na confluência da Educação com a Saúde.

Referências Bibliográficas

- ANPED (2003), *Revista Brasileira de Educação*, n. 23.
- Camargo, Leoleli (2004), Desafio à Psiquiatria, *Caderno Vida*, Jornal Zero Hora, Porto Alegre, Edição de 17/01: 8.
- CFEMEA; Articulação de Mulheres Brasileiras (2002), Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, *Plataforma Política Feminista*, Brasília, CFEMEA.
- Dean, Mitchell (1999), *Governamentality – power and rule in Modern Society*, Great Britain, Sage Publication.
- Duro, Carmem (2002), *Concepções de maternidade e de cuidado infantil de um grupo de mães da Vila Cruzeiro do Sul/POA – RS*, Porto Alegre, UFRGS, 2002, Dissertação. (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FAPESP (2003), *Revista Ciência e tecnologia no Brasil, Pesquisa*, n. 91: capa.
- FAPESP (2004), *Revista Ciência e tecnologia no Brasil, Pesquisa*, n. 99: 1.
- Fischer, Rosa (2001), *Televisão & Educação*, Belo Horizonte, Autêntica.
- Forna, Aminatta (1999), *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*, Rio de Janeiro, Ediouro.
- Foucault, Michel (1993), *História da sexualidade. A vontade de saber*, 11ª. ed., Rio de Janeiro, Graal.
- Giles, Judy; Middleton, Tim (1999), *Studying culture. A practical introduction*, Oxford (UK), Blackwell Publishers.

- IPAS BRASIL (2004), *Revista de saúde sexual e reprodutiva*, Informativo eletrônico, Edição n. 11 (maio).
- Klein, Carin (2003), «...um cartão [que] mudou a nossa vida»? *Maternidades veiculadas e instituídas no Programa Nacional Bolsa Escola*, Porto Alegre/RS: UFRGS, Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Louro, Guacira (2000), Gênero: questões para a Educação, in *Gênero, democracia e sociedade brasileira* (Bruschini, C.; Unbehaum, S., orgs.), pp. 225-242, São Paulo, FCC, Editora 34.
- Lupton, Deborah (1999), Risk and the ontology of pregnant embodiment, in *Risk and socio-cultural theory: new directions and perspectives*, (LUPTON, D., ed.), pp. 59-85, Cambridge/U.K, Cambridge University Press.
- Mariano, Nilson (2004), A criança excluída do Brasil, *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, Edição de 12/12: 64.
- Meyer, Dagmar (2000), As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? *Educação & Realidade*, v. 25, n. 2: 117-134.
- Meyer, Dagmar (2000), *Mulher perfeita tem que ter [mamas e] uma barriguinha*, Educação, saúde e produção de identidades maternas, Porto Alegre, FAGED/UFRGS, Projeto de pesquisa (apoiado pelo CNPq e FAPERGS).
- Meyer, Dagmar (2003) *Educar e assistir corpos grávidos para gerar e criar seres humanos «saudáveis»*, Educação, saúde e constituição de sujeitos «de direito» e «de risco», Porto Alegre, FAGED/UFRGS, Projeto de pesquisa (apoiado pelo CNPq).
- Meyer, Dagmar (2003), Gênero e Educação: teoria e política, in *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*, (Louro, G.; Neckel, J. F; Goellner, S. V., org.), pp. 9-27, Petrópolis, Vozes.
- Meyer, Dagmar e cols. (2003), *Educação, saúde gênero e mídia: um estudo sobre HIV/AIDS-DSTs com Agentes Comunitários/as de Saúde do Programa de Saúde da Família em Porto Alegre, RS*, Porto Alegre, UFRGS; CN DST-HIV/Aids; UNESCO, 2003, Relatório de Pesquisa, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Meyer, Dagmar e cols. (2004), «Mulher sem-vergonha» e «traidor responsável»: problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/Aids, *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2: 51-76.
- Nettleton, Sarah (1997), Governing the risky self: how to become healthy, wealthy and wise, in *Foucault, Health and Medicine*, (Peteresen, A.; Bunton, R., eds.), pp. 207-222. London, Routledge.
- Nicholson, Linda (2000), Interpretando o gênero, *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2: 9-42.
- Oliveira, Dora (2001), Debate sobre o artigo de Mary Jane Spink, *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 6: 1277-1311.
- OMS – Organização Mundial de Saúde (2002) *WHO Gender policy – Integrating gender perspectives in the work of WHO*, Geneva.
- ONU – Organização das Nações Unidas – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2003), *Latin America's progress on poverty stagnates (summary of UN report)*. <http://www.eclac.cl>.
- Pinto, Céli Regina Jardim (1989), *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder*, São Paulo, HUCITEC.
- Pivetta, Marcos (2004), Ecos da separação, *Revista Ciência e tecnologia no Brasil, Pesquisa*, N. 99: 34-39.
- Pollit, Katha (1998), «Fetal Rights». A new assault on feminims, in *The politics of women's bodies*, (WEITZ, R., ed.), pp. 278-286, New York, Oxford, Oxford University Press.

- Schmied, Virginia; Lupton, Deborah (2001), The externality of the inside: body images of pregnancy, *Nursing Inquiry*, v. 8, n. 1: 32-40.
- Seffner, Fernando (2002), 500 anos da «descoberta» do Brasil: agora que passou, fazemos o que com isso?, in *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escola*, (PADRÓS, Enrique Serra et al., orgs.), pp. 131-142, Porto Alegre, EST.
- Silva, Tomaz Tadeu (org.) (2000), *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Vozes.
- Silva, Tomaz Tadeu (org.) (1999), *O que é. Afinal, Estudos Culturais?*, Belo Horizonte, Autêntica.
- SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL (1974), *O novo testamento na linguagem de hoje*, Evangelho de Lucas, São Paulo, SBB; Melhoramentos.
- Souza, Jane F e cols. (2003), *Qualificar o cuidado infantil e a cidadania feminina: um trabalho com mulheres atendentes de creches comunitárias em Viamão/RS*, Porto Alegre, UFRGS/FAPERGS, 2001, Relatório de pesquisa. Faculdade de Educação da UFRGS, Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul.
- Spink, Mary Jane (2001), Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia, *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 6: 1277-1311.
- Weedon, Chris (1991), *Feminist practice and post-structuralist theory*, Oxford, Basil Blackwell inc.
- Yalom, Marilyn (1997), *A História do seio*, Lisboa, Teorema.
- ZERO HORA (2003), Quando mães trocam de país, *Caderno Vida*, Porto Alegre, Edição de novembro de 2003 (sem referência de dia e p.).
- ZERO HORA (2004), *Sábado é dia de cuidar do coração do bebê*, Porto Alegre, Edição de 6/05: 45.
- ZERO HORA (2004), Menos Colesterol? Dê o peito, *Caderno Vida*, Porto Alegre, Edição de 5/06: 3.
- ZERO HORA (2004), *Iniquidades na infância* (editorial), Porto Alegre, Edição de 12/12: 32.

Abstract

Science, Media and Gender and the Maternity's Political Switch

This study presents the analysis of articles for scientific dissemination published in a high circulation newspaper from Southern Brazil. Its objective is to discuss the dimensions involved in the constitution of the current maternal subject from a cultural studies and poststructuralist gender perspective. The author argues that in these articles certain social problems are related to particular kinds of motherhood, creating power relations in which the mother is placed as the «cause» for the creation of a problematic fetus-child. The conclusions are that scientific knowledge re-produces and updates constantly «what the mother is or should be» and that the newspaper media, by translating this kind of knowledge to common understanding, actively participates in the process of creating meanings to the mother-child relationship in contemporaneous societies.

Key words gender, education, health, media, motherhood

Résumé

Science, Media et Genre et la Politisation de la Maternité

Cette étude présente les résultats d'une analyse relative au contenu d'articles scientifiques reproduits dans un journal populaire du sud du Brésil. Le but est d'examiner les

dimensions touchant directement la construction de la maternité suivant une analyse post-structuraliste qui tient compte de la culture et du sexe social (genre). Selon l'analyse conduite par l'auteur, il appert que les articles consultés lient l'émergence ou l'existence de certains problèmes sociaux à des formes particulières de maternité créant par le fait même des rapports de pouvoir à l'intérieur desquels les mères sont identifiées comme les responsables des problématiques de santé qui affectent les fœtus, les nouveaux-nés et les enfants. Cette analyse critique démontre dans quelle mesure le savoir scientifique reproduit et renforce ce « qu'est et ce que doit être une bonne mère » en plus de positionner les journaux populaires comme instrument-clé dans la diffusion « populaire et adaptée » de ce discours scientifique. Les journaux populaires participent ainsi au processus de nombreuses constructions sociales en regard du lien mère-enfant dans nos sociétés contemporaines.

Mots clés genre, éducation, santé, media, maternité

Dagmar E. Estermann Meyer é doutora em Educação e professora adjunto IV na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua nos programas de pós-graduação em Educação e em Enfermagem e seus interesses de pesquisa e orientação estão centrados na área temática Políticas de corpo e saúde: gênero, raça e nacionalidade. Como pesquisadora, integra o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (www.ufrgs.br/faced/geerge) desde 1990.

Artigo recebido em Abril de 2005 e aceite para publicação em Agosto de 2005.